

SESSÕES DO PLENÁRIO

17ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de março de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLDO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Rogério Andrade, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18, 20 e 25/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12 e 18/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, durante o último final da semana, tivemos a oportunidade de fazer o percurso partindo da cidade de Poções, passando por Nova Canaã, Iguaí e Ibicuí. O motivo que me traz à tribuna desta Casa de leis é o estado deplorável e a situação precária na qual se encontra essa estrada, percurso de, mais ou menos, 80 quilômetros. Esse é um corredor importante que liga a BR-116, na cidade de Poções, a BR-101. Essas são duas estradas federais, cuja ligação, muito importante, é feita pela BA-262.

Este discurso é para falar sobre a BA-262.

Já tomamos providências. Já contactamos o secretário de Infraestrutura, Otto Alencar e, também, o diretor do Derba, Saulo. Encaminhamos correspondências mostrando a situação precária em que se encontra a BA-262: totalmente esburacada. A população da região dos vários municípios – por onde passa a BA-262 –, fez várias manifestações de protesto e já paralisaram o trânsito na BA-262.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não há nenhuma sensibilidade, até o momento, para essa solução. Nenhuma providência tem sido tomada por parte dos órgãos do Estado responsáveis pela conservação e pela manutenção dessa estrada tão importante, não só para mobilidade das populações desses municípios como também para o escoamento dos produtos da economia nas áreas de agricultura e pecuária produzidas nesses municípios.

Então, Sr. Presidente, apelo, veemente, ao Líder do governo do Estado, o nobre deputado estadual Zé Neto, da cidade de Feira de Santana, pois ele, aqui, comanda os 46 deputados da Base de sustentação do governo Jaques Wagner. Esperamos que leve esta nossa solicitação pessoalmente. Que comunique a S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, a situação precária que está trazendo dificuldades aos vários municípios por onde passa a BA-262. Muitas gestões já foram feitas, não só por este deputado, mas também por outros políticos; e também muitas manifestações foram realizadas pelas populações de vários municípios da região.

Infelizmente, meu caro deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa de Leis, até o presente momento não há sensibilidade dos órgãos responsáveis do Estado para dar atenção e, pelo menos, fazer uma operação tapa buraco para amenizar a situação em que se encontra a BA-262.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o clamor das ruas, englobando vários segmentos da nossa sociedade, expõe uma administração extremamente centralizada e impõe a todo gestor público um posicionamento em que se delega atribuições e se cobra resultados, vejo com enorme preocupação o que

ocorreu na sessão plenária de 13 de março de 2014 do Tribunal de Contas do Estado, no que tange a um anteprojeto de resolução, revogando a Lei nº 7.879, de 29 de junho de 2011, sendo solicitado pelo presidente do TCE, Inaldo Araújo, o regime de urgência.

Essa reestruturação está disponível na internet para quaisquer pessoas que queiram ter acesso. Fiz uma leitura dinâmica e anotei alguns pontos extremamente preocupantes.

O Poder Legislativo tem de ter a responsabilidade de evitar concentração de poder numa única pessoa. O Tribunal de Contas do Estado é um colegiado e, como tanto, não se pode retirar as atribuições individuais de cada conselheiro para centralizar no presidente, seja ele quem for.

Não cabe crítica, aqui, ao presidente Inaldo Araújo, e, sim, ao projeto que estão querendo, em regime de urgência, aprovar e trazer para o crivo da Assembleia.

Pontos principais que detectei numa leitura feita em, aproximadamente, meia-hora.

(Lê) “Concentração quase absoluta de atribuições de controle externo, atualmente conferida a todos demais conselheiros que, através de sorteio bienal, exercem supervisão, na figura do presidente do TCE/BA com supressão das atribuições dos conselheiros supervisores.

Foi proposta a incorporação das coordenadorias de controle externo à Superintendência Técnica. Atualmente estas coordenadorias são supervisionadas pelos conselheiros, com exclusão do Presidente. Exemplo prático: as auditorias e fiscalizações, em setores como saúde, educação, segurança pública, ponte Salvador/Itaparica, que não vai sair, contratos de PPP, etc, serão exclusivamente direcionadas pelo Presidente do TCE. Quando qualquer conselheiro entender, olha o absurdo, a necessidade de realizar auditoria em alguma área específica do governo, deverá submeter a solicitação ao plenário do TCE.”

Tira a autonomia de um conselheiro que tem um cargo ad aeternum para que ninguém mexa em suas funções, meu caro João Bonfim, que pretende uma das vagas do Tribunal. É um absurdo o que estão querendo fazer com o Tribunal. Não se pode centralizar em uma pessoa o que cabe a todos os conselheiros do Tribunal.

Por isso que temos de debater esse tema aqui exaustivamente e extirpá-lo. Não se pode tirar atribuições de conselheiro.

(Lê) “Atualmente os coordenadores de controle externo são indicados pelo conselheiro supervisor. Se o projeto for aprovado, a indicação será feita exclusivamente pelo Tribunal de Contas do Estado.

As coordenadorias de controle externo realizam fiscalizações e auditorias através de seu corpo externo.

Vai tirar autonomia sem fazer auditorias? Cadê a função do Tribunal de Contas?

(Lê) “Em resumo, transforma-se um órgão plural do ponto de vista das atribuições e da fiscalização em alguma instituição monocrática (de um só personagem), cabendo aos demais conselheiros, posteriormente, referendar ou não,

somente no momento da apreciação ou do julgamento, as decisões tomadas pelo presidente.”

É um absurdo! Não sei como esse projeto pode ter início de tramitação e, acima de tudo, em regime de urgência. Tenho certeza absoluta, já estou alertando, de que todos os deputados estaduais desta legislatura votarão contra um esse absurdo, que é centralizar o poder em uma pessoa. Sabemos que a gestão moderna determina, exige a descentralização do poder para, quem estiver acima, possa cobrar resultado, definir tarefas e distribuí-las, e não centralizar, como pretende esse absurdo projeto do Tribunal de Contas do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Adolfo Menezes, quero dizer que o nosso, não sei se é nosso... mas a cada dia que assisto ao noticiário nas diversas redes de TV, vejo como os Estados Unidos começam a perder o seu papel de interferir nos outros países.

Deputado Joseildo, vi a decisão do povo da Crimeia quando optou em se tornar independente da Ucrânia, mantendo sua relação com a Rússia, e vi os Estados Unidos sapatear, sapatear, mas sem nenhuma possibilidade de fazer qualquer interferência porque, obviamente, é a vontade da população daquele país.

Gostaria, presidente, de reforçar o meu posicionamento junto ao deputado Euclides com relação à BA-262. Nós, no gabinete, fizemos uma solicitação ao Derba e ao secretário de Infra-estrutura no sentido da recuperação daquela estrada que liga Poções a Nova Canaã. Foi recuperada já uma parte até Ibicuí, mas falta, sem dúvida alguma, a de Nova Canaã até Poções. Acho que precisamos, realmente, trabalhar para recuperá-la, para dar condições de trafegabilidade ali. Ainda no domingo, trafegando na BA-262, foi possível verificar a situação precária em que aquela rodovia se encontra.

Meu querido Adolfo Viana, meu querido Gaban, trago um material, que disponibilizarei depois para os deputados, inclusive para o Líder da Bancada da Minoria, sobre a Ponte Salvador-Itaparica. É um estudo de tudo o que foi feito, de tudo o que se pretende fazer, inclusive com um DVD, no qual é apresentado, em forma 3D, todo o traçado, para que a gente possa...

O Sr. Gaban:- Todos os estudos de viabilidade.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Isso. Todos os estudos de viabilidade, para que nós possamos fazer um debate de conteúdo sobre a viabilidade desse empreendimento.

O secretário José Sérgio Gabrielli apresenta um título “Uma ponte para o desenvolvimento”. Ou seja, não é apenas um canal de tráfego, mas é um novo vetor de desenvolvimento para o nosso Estado, que é uma vontade do nosso governador Jaques Wagner.

Eu tenho certeza de que o nosso secretário de Infraestrutura, Otto Alencar,

também tem trabalhado no sentido de fazer com que essa Ponte Salvador-Itaparica seja, realmente, um grande vetor de desenvolvimento para a Bahia.

Quero falar também de uma ação que está acontecendo, neste momento, na cidade de Itapetinga. Mais uma vez, acontece lá o Saúde em Movimento, uma ação do governo do Estado com diversos atendimentos na área de oftalmologia, mas também na área de cardiologia. A nossa população está sendo atendida por diversas equipes médicas. Tal programa trabalha naquilo que foi sempre a nossa bandeira, a saúde preventiva e curativa, para garantir à nossa população uma condição de saúde significativa.

Ainda ontem o secretário da Saúde do governo federal, representando o nosso ministro, esteve aqui mais uma vez para anunciar a ampliação do nosso hospital de São Francisco do Conde, deputado Bira Corôa, que se tornará um hospital regional para atender toda a população da região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, parece que há um acordo na Casa.

Antes de estabelecer a nossa questão de ordem, gostaria de fazer uma lembrança a todos vocês. No próximo dia 23 de abril, teremos uma discussão que eu acho que une a Situação e a Oposição. Nesse dia haverá uma audiência pública que terá lugar no Auditório Jutahy Magalhães. Essa audiência pública vai tratar da Universidade Federal do Nordeste Baiano. É uma luta que está congregando quatro territórios de identidade, os territórios do Litoral Norte, do Agreste Baiano, do Sisal e da Bacia do Rio Jacuípe. Portanto, gostaríamos de convidar a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria que se fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atenderei a sua questão de ordem, mas antes ouviremos o nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, faço uso da questão de ordem, neste momento, primeiro para informar que hoje houve uma audiência muito importante na Comissão de Educação para discutir a regulamentação do circo em nosso Estado. Audiência importante, com a presença de vários representantes do setor, e conduzida pelo deputado Álvaro Gomes.

Sr. Presidente, também uso esta questão de ordem para comunicar que chegou à Comissão da Promoção da Igualdade desta Casa, hoje pela manhã, uma denúncia sobre a forma de atuação e o uso de violência pela Urca Empreendimentos em Camaçari. Ela reclama ser proprietária de boa parte de áreas devolutas, em sua grande maioria, no município. E utiliza inclusive a força da formação de quadrilhas que agem de maneira insistente, com ameaça e violência. Lá vários moradores da

localidade da Cascalheira têm sofrido violências praticadas por prepostos dessa empresa. Há até denúncias de que agentes policiais utilizam-se da prerrogativa de estar na segurança dela para também cometerem atos violentos.

Na semana passada um terreiro foi violentado, pois teve o muro derrubado, árvores sagradas cortadas e assentamentos destruídos. A comunidade do terreiro está sofrendo a violência da ação constante desses prepostos da Urca, que têm agido armados à noite ameaçando todos os moradores.

Teremos uma audiência pública sobre o tema a ser realizada no próximo dia 4, naquela cidade. E irei hoje à Secretaria da Justiça para abrir um debate, uma discussão acerca dessa questão.

Queria apenas fazer este registro e dar um encaminhamento.

Lembro que amanhã teremos a audiência da CPI da Telefonia, às 10 horas, com a Anatel.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade eu fui surpreendido ao chegar com a comunicação de que havia um acordo para interromper a sessão e ninguém mais falaria no Pequeno Expediente. Fica difícil para um deputado desta Casa chegar no horário regimental, tendo ainda abertas várias posições para ele se inscrever, e ser avisado de que a sessão será interrompida. O acordo não foi comunicado aos demais deputados. Fica difícil!

Existe um acordo anterior de que nunca o Pequeno Expediente seria interrompido. Hoje chego e sou avisado de que foi. Não tenho absolutamente nada contra os deputados Gaban e Rosemberg Pinto, que fizeram este acordo de agora. Mas acho que, antes de fazer um acordo destes, seria melhor...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não tinha ninguém inscrito.

O Sr. Alan Sanches:- Não tinha. Mas nós deputados estávamos no horário, pois sabemos que podemos chegar até às 15h30min., hora em que termina o Pequeno Expediente. Portanto, queria pedir aos colegas que fizeram o acordo...

Hoje vou respeitar as colocações de V.Ex^{as}. Da próxima vez façam o acordo. Mas, caso chegue alguém querendo falar até às 15h30min., que se mantenha o Pequeno Expediente. Nesta terça-feira fui eu, mas amanhã poderá ser o deputado Gaban ou qualquer um de V.Ex^{as}.

Volto a dizer que não tenho nada contra os colegas, mas o acordo deve ser maleável, porque às vezes você chega com um assunto para falar. Acompanhamos a sessão pelo Canal Assembleia, pelos alto-falantes. E, quando chegamos, não podemos falar porque há um acordo. Não vou questionar a legalidade dele, porém deixo aqui esta ressalva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Feito o registro pelo Líder do PSD, e conforme o acordado com

o Líder do PT, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Antes, gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que o conselheiro Filemon Matos aposentou-se, e esta vaga é da Assembleia. Então, a partir deste momento, estão abertas as inscrições para quem queira pleitear a vaga de conselheiro. São necessários os requisitos estabelecidos no projeto de resolução que foi aprovado nesta Casa.

Portanto, abro o processo para a escolha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Gaban:- Qual o período para inscrição?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não gostaria de estipular um período. Quando politicamente acharmos conveniente, informaremos, a partir de uma data, um tempo mínimo. Não há período, porque o Regimento não permite. Depois eu informo. E quem não se inscrever até tal dia eu encerro as inscrições.

Então, Srs. Deputados, cidadãos da sociedade civil que queiram disputar, qualquer cidadão que esteja dentro dos requisitos aprovados pelo projeto de resolução pode participar. Inicia-se, a partir de hoje, a abertura das inscrições, conforme o projeto de resolução desta Casa.

Declaro encerrada a presente sessão, tendo em vista a presença de 20 Srs. Deputados.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*